



CAPÍTULO 5 — RISCO E FLEXIBILIDADE

Do "Ação Preventiva" ao Pensamento Baseado em Risco

A ISO/IEC 17020:2026 realizou uma **transição filosófica profunda**: o conceito clássico de "ação preventiva" foi completamente retirado. Um sistema reativo — que aguarda o surgimento de potenciais desvios para então propor ações — foi substituído por uma mentalidade sistemática e integrada de **gestão de riscos e oportunidades** sob a nova **Cláusula 8.4**. O organismo é agora formalmente obrigado a planejar e implementar ações estruturadas de forma proativa, com duplo objetivo: mitigar falhas na validade técnica dos relatórios e capturar oportunidades de melhoria e expansão de escopo.

O "Risk Loop" Integrado da ISO/IEC 17020:2026

Identificação na Base

Monitoramento contínuo de ameaças à imparcialidade e conflitos de interesse (Cláusula 4.1.3)

Aprovação Executiva

Resultados e registro de riscos aprovados formalmente na Análise Crítica pela Administração (Cláusula 8.7)



Consolidação e Planejamento

Ameaças mapeadas são registradas, avaliadas e convertidas em ações práticas de mitigação (Cláusula 8.4)

Auditoria Baseada em Risco

Eficácia das ações mitigadoras verificada no programa de auditorias internas (Cláusula 8.6)

Análise de Impacto em Inspeções Anteriores (Cláusula 8.5)

❌ Este é um dos requisitos de maior impacto operacional introduzidos pela ISO/IEC 17020:2026. Ignorá-lo configura não-conformidade maior.

A Cláusula 8.5.5 exige que, sempre que uma falha ou desvio operacional for identificado, o organismo execute uma **análise de impacto técnica abrangente sobre resultados de inspeções anteriores**. Se um equipamento foi usado com calibração vencida ou um inspetor não seguiu o método prescrito, **não é suficiente registrar apenas uma ação corretiva isolada** — é necessário rastrear e reavaliar sistematicamente todas as inspeções executadas anteriormente com aquele recurso.

1

Notificar o Cliente

Comunicado formal detalhando o desvio e seu impacto técnico no laudo emitido

2

Recall de Trabalho

Recall físico para re-inspeção imediata ou invalidação formal da declaração de conformidade

3

Notificar Autoridades

Comunicar proativamente à autoridade reguladora e ao organismo de acreditação



CAPÍTULO 6 — DADOS E TECNOLOGIA

A Nova Cláusula 7.5 — Controle de Dados e Informações

A digitalização acelerada dos organismos de inspeção — com relatórios eletrônicos, bases de dados em nuvem e assinaturas digitais — exigiu a criação de requisito robusto e inédito. A **Cláusula 7.5** é uma seção inteiramente nova, sem equivalente nas edições anteriores da norma, dedicada exclusivamente ao controle de dados e informações relevantes para as atividades de inspeção.

Requisitos Técnicos da Cláusula 7.5

Validação Prévia Mandatória

Todo software ou sistema computacional — incluindo apps móveis, bancos de dados, planilhas e sistemas integrados — deve ser **formalmente validado** antes da implementação operacional.

Controle de Mudanças

Atualizações de sistemas, configurações de rede e modificações de código exigem processos formais de **autorização, documentação e revalidação** de conformidade.

Integridade e Cibersegurança

Dados técnicos devem ser protegidos contra acesso não autorizado, adulteração, sabotagem e perda física, exigindo implementação de **logs de auditoria intransferíveis**.

Registro de Falhas

Todas as falhas de sistema devem ser **documentadas e analisadas**, com especificação das ações de contenção e corretivas para restabelecer integridade dos dados.

Inspeção Remota e Inteligência Artificial

Tecnologias Reconhecidas pela Norma

A ISO/IEC 17020:2026 reconhece explicitamente o uso de técnicas de inspeção remota, realidade aumentada (AR) e inteligência artificial (IA) para processamento de dados e classificação visual de falhas. Entretanto, exige validação criteriosa de parâmetros adicionais.

Inspeções Remotas com Câmera/Vídeo

O organismo deve demonstrar que resolução de imagem, controle de iluminação, latência de rede e largura de banda são tecnicamente adequados, sem introduzir "pontos cegos" que prejudiquem a acuidade da avaliação versus avaliações presenciais.

Validação de Algoritmos de IA

Se o organismo utiliza IA ou visão computacional para identificação automatizada de defeitos:

- O **modelo de IA** deve ser formalmente validado
- O **conjunto de dados de treinamento** deve ser documentado
- Exige-se **rastreabilidade metrológica** e transparência sobre decisões automatizadas

O Problema da Confiança Multipartidária

Em processos que envolvem fabricante (Parte A), organismo de inspeção de terceira parte (Parte B) e cliente/proprietário (Parte C), a guarda de registros em sistemas de TI centralizados de uma única parte introduz o "**problema da confiança multipartidária**".

Arquivos em SharePoint ou servidores gerenciados por uma única organização estão vulneráveis a adulterações indetectáveis — logs de auditoria podem ser editados, datas retroagidas — comprometendo força probatória em disputas comerciais e exames judiciais de responsabilidade técnica.

- ❏ A solução técnica de excelência apresentada pela norma é a aplicação de **blockchain permissionada** para governança e custódia segura de dados de inspeção.

Blockchain Permissionada como Solução de Custódia



Geração do Hash SHA-256

No instante de geração do relatório, o arquivo é submetido a algoritmo SHA-256, gerando assinatura digital única — a "impressão digital" inviolável do documento.



Ancoragem no Ledger Distribuído

O hash, a identidade criptograficamente verificada do inspetor e o timestamp inviolável são ancorados em ledger imutável de blockchain permissionada (ex.: Hyperledger Fabric).



Detecção Instantânea de Adulterações

Qualquer alteração no relatório — mesmo de um único caractere — gera hash completamente diferente. Qualquer terceiro autorizado pode validar autenticidade instantaneamente, recalculando o hash e comparando com o ledger.

Benefícios Estratégicos da Arquitetura Blockchain

Proteção Legal

Barreira inviolável contra acusações de falsificação de dados em disputas comerciais e processos judiciais de responsabilidade técnica

Conformidade Avançada

Demonstração técnica de conformidade robusta com as exigências de salvaguarda de dados da Cláusula 7.5 da ISO/IEC 17020:2026

Diferenciação de Mercado

Diferenciação mercadológica relevante em processos competitivos de contratação técnica, por meio da abordagem "verify-it-yourself"





CAPÍTULO 7 — RECURSOS E PROVEDORES

Competência de Pessoal e Monitoramento em Campo (Cláusula 6.1)

A ISO/IEC 17020:2026 muda o foco da gestão de pessoal: de qualificações estáticas para uma **avaliação dinâmica e contínua de competência prática em campo**. A norma ajusta a redação para exigir que o organismo tenha *"acesso a um número suficiente"* de pessoal competente, **normalizando o uso regular de inspetores contratados sob demanda**, especialistas terceirizados e consultores associados — desde que submetidos ao sistema de gestão do organismo.

Programa de Monitoramento de Inspetores em Campo

1

Observação Sistemática em Campo

Inspetores em exercício são observados por inspetores seniores autorizados durante a execução de suas atividades (Cláusula 6.1.5).

2

Fundamento Baseado em Risco

O programa deve considerar riscos e complexidades da inspeção, histórico de desempenho técnico anterior e novas tecnologias implementadas.

3

Resposta a Atualizações

Novas atualizações metodológicas, legislativas ou tecnológicas devem ser incorporadas ao programa de monitoramento de forma documentada e fundamentada.

Verificações em Serviço de Equipamentos (Cláusula 6.4)

Nova Obrigatoriedade — In-Service Checks

A Cláusula 6.4.4 introduz a obrigatoriedade de **procedimentos documentados para verificações em serviço** de todos os equipamentos de medição de influência significativa nos resultados de inspeção.

O organismo deve definir **técnicas e frequências** para verificar se os instrumentos mantêm precisão metrológica aceitável **entre as calibrações formais**.

Por Que Isso É Crítico?

A calibração periódica formal é necessária, mas não suficiente. Instrumentos podem sofrer desvios entre calibrações — em condições de campo, transporte, impactos ou variações térmicas. As **verificações em serviço** minimizam de forma controlada o risco de medições com desvios não detectados durante operações em campo, protegendo a validade técnica dos relatórios emitidos.

A Expansão do Conceito de Provedores Externos (Cláusula 6.3)

Na edição de 2012, o controle externo limitava-se à subcontratação direta de inspeção. A nova norma realizou uma **expansão conceitual severa e mandatória**: a Cláusula 6.3 passa a cobrir qualquer produto ou serviço de terceiros que possa influenciar a validade técnica das atividades de inspeção.

Serviços de Calibração

Fornecedores de calibração metrológica e laboratórios de ensaios de apoio

Empresas de NDT

Terceirizados de ensaios não destrutivos e consultores técnicos especialistas

Software e TI

Desenvolvedores de software de inspeção personalizado e provedores de infraestrutura de rede e nuvem

Auditores Internos

Consultorias responsáveis pela execução de auditorias internas terceirizadas



O organismo deve manter registro compulsório e documentado de todos os provedores externos aprovados, com avaliações de admissão e revisões periódicas anuais de desempenho.

Matriz de Comparação Cláusula a Cláusula: 2012 vs. 2026

ISO 17020:2012	ISO 17020:2026	Natureza da Mudança
Título da Norma	Título da Norma	Removida a expressão "vários tipos de", refletindo aplicabilidade universal
4.1 Imparcialidade	4.1 Imparcialidade	Reforço no monitoramento contínuo de ameaças e mapeamento de relações técnicas
5.1 Independência	5.1 + Anexo A	Transição do modelo tripartite (A/B/C) para modelo binário (Tipo A / não-A)
6.1 Pessoal	6.1 Personnel	Foco em "acesso a pessoal competente" e monitoramento contínuo em campo
6.3 Subcontratação	6.3 Externally Provided Services	Expansão drástica de controle para abranger TI, nuvem, calibração e auditores internos
— (sem equivalente)	7.5 Control of Data	Nova cláusula — controle de dados digitais, integridade e validação de software
8.5 Ações Corretivas e Prev.	8.4 Riscos e Oportunidades	Ação preventiva abolida; integrada à mentalidade baseada em risco (Cláusula 8.4)

Matriz Comparativa — Continuação

ISO 17020:2012	ISO 17020:2026	Natureza da Mudança
4.2 Confidencialidade	4.2 Confidentiality	Exigência de compromissos juridicamente vinculativos e cibersegurança correlata
5.2 Estrutura Administrativa	5.2 Legal Entity & Liabilities	Fusão e expansão de requisitos de análise de risco de responsabilidade civil
5.3 Organização	5.3 Organization & Management	Definição formal de technical management competente e funções técnicas
6.2 Instalações e Equipamentos	6.2 Facilities & Equipment	Inclusão de in-service checks e controle detalhado de novas tecnologias de TI
7.1 Exame de Contratos	7.1 Review of Requests & Contracts	Inclusão de verificação prévia obrigatória de riscos de imparcialidade no contrato
7.2 Métodos de Inspeção	7.2 Inspection Methods & Procedures	Definição de métodos não-padrão e validação obrigatória no uso de novas tecnologias
7.3 Amostragem e Amostras	7.3 Handling of Items	Uso unificado do termo "item", com proteção detalhada contra deterioração

Visão Panorâmica das Mudanças Estruturais

1) NOVA INFRAESTRUTURA GLOBAL



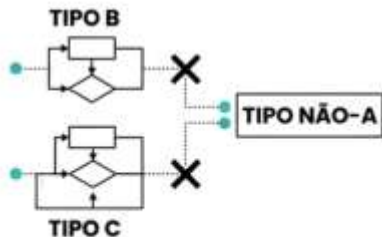
2) PRAZO DE TRANSIÇÃO



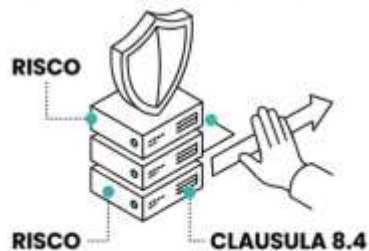
3) ESTRUTURA CASCO



4) MODELO BINÁRIO



5) GESTÃO DE RISCO



6) CLAUSULA 7.5



A ISO/IEC 17020:2026 representa a maior atualização da norma de inspeção em mais de uma década, com impacto simultâneo em governança global, estrutura da norma, vocabulário técnico, gestão de independência, pensamento baseado em risco e requisitos de tecnologia da informação.

Plano de Ação Recomendado para Organismos de Inspeção

1 Realizar Gap Analysis Imediato

Mapear lacunas entre o sistema de gestão atual e os requisitos da ISO/IEC 17020:2026, priorizando as Cláusulas 7.5, 8.4, 8.5 e o Anexo A (modelo binário).

2 Atualizar Documentação e Vocabulário

Retirar dos manuais e procedimentos os termos descontinuados (Tipo B, Tipo C, ação preventiva, subcontratação) e substituir pelas novas nomenclaturas.

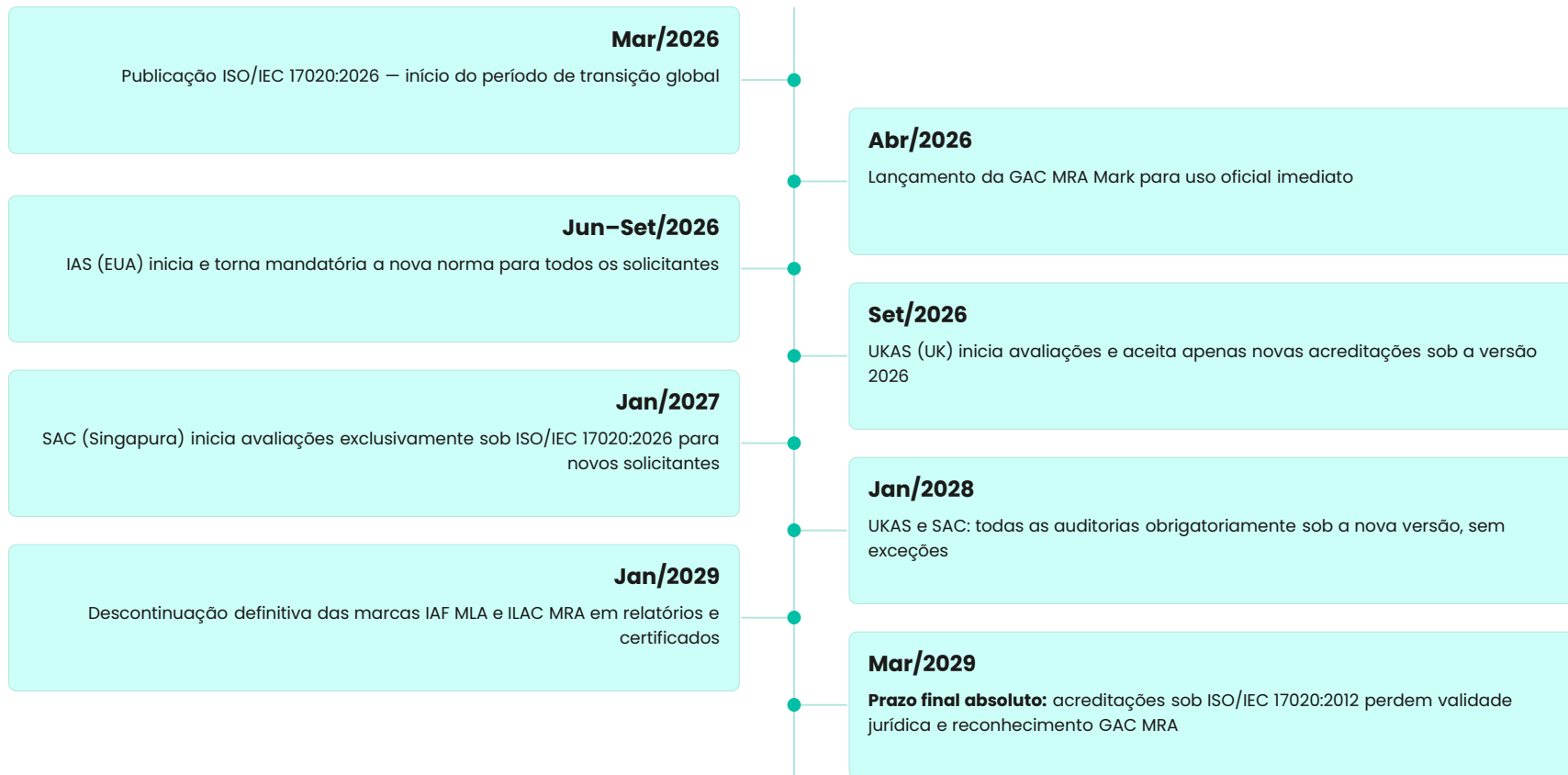
3 Implementar Controles de Dados (Cláusula 7.5)

Validar formalmente todos os softwares, estabelecer procedimentos de controle de mudanças e implementar logs de auditoria para todos os sistemas de TI relevantes.

4 Preparar para Auditoria de Transição

Submeter o proforma de Gap Analysis ao organismo de acreditação com antecedência e treinar a equipe técnica nas novas exigências antes da auditoria de transição.

Datas Críticas Consolidadas para 2026–2029



Principais Takeaways desta Atualização Técnica

Uma Única Entidade Global

IAF + ILAC = Global ACI. O GAC MRA substitui todos os acordos anteriores. Atualize referências regulatórias e contratuais agora.

01
10

Modelo Binário de Independência

Tipos B e C extintos. Apenas Tipo A e Tipo não-A. Revise sua classificação e implemente as salvaguardas correspondentes.

Pensamento Baseado em Risco

"Ação preventiva" abolida. O Risk Loop integrado (Cláusula 8.4) é o novo padrão. Documente riscos e oportunidades proativamente.



Cláusula 7.5 — Inovação Crítica

Validação de software, controle de mudanças, logs de auditoria e cibersegurança são agora requisitos normativos explícitos.



Conformidade como Vantagem Competitiva

A ISO/IEC 17020:2026 não é apenas uma atualização normativa — é uma **reconfiguração estratégica** da infraestrutura global de confiança em inspeção. Organismos que antecipam a transição, investem em sistemas robustos de gestão de risco, e demonstram domínio das novas exigências de dados e independência serão percebidos pelo mercado global como parceiros de conformidade de excelência. O prazo de **27 de março de 2029** é improrrogável — mas a oportunidade de diferenciação começa agora.

GLOBAL ACI · ISO/IEC 17020:2026 · AGOSTO 2026